

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2013
(Do Sr. Alexandre Toledo)

Acrescenta § 4º ao art. 25 e
parágrafo único ao art. 73 da Lei
Complementar nº 101, de 4 de maio de
2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal,
que "estabelece normas de finanças
públicas voltadas para a responsabilidade
na gestão fiscal e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar visa a alterar a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, acrescentando § 4º ao art. 25, para determinar que a não suspensão de transferências voluntárias a Municípios, cujas administrações passadas tenham prestações de contas em atraso ou consideradas irregulares, e parágrafo único ao art. 73, para determinar sejam mantidas as multas de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, no caso previsto no § 4º, parte inicial, do referido art. 25.

Art. 2º O art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido de § 4º, com a seguinte redação:

“§ 4º A irregularidade ou falta de prestação de contas de recursos recebidos por determinado Município, sob Responsável de administração passada, não impedirá o recebimento de recursos de transferências voluntárias por Município cujo Prefeito, eleito e empossado posteriormente, não seja administrativa, legal e penalmente Responsável pelas ditas contas, observado o disposto no art. 73 desta Lei Complementar.” (NR)

ED08B3D657

ED08B3D657

Art. 3º O art. 73 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73.”

Parágrafo único. As multas estabelecidas no art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, serão mantidas no caso previsto no § 4º, parte inicial, do art. 25 desta Lei Complementar.” (NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com levantamento da Confederação Nacional dos Municípios, feito a partir de dados do Governo Federal, 96,4% dos Municípios brasileiros estariam, no presente mês, inaptos a celebrar convênios para obtenção de repasses de recursos federais.

Portanto, segundo esse levantamento apenas aproximadamente 200 Municípios em todo o País estariam atualmente habilitados a receber recursos de transferências voluntárias, situação que **causa enorme prejuízo às populações que necessitam das melhorias nos serviços urbanos, a serem proporcionadas por esses recursos.**

Considerando que, em grande número de casos, a inadimplência dos Municípios é devida a falhas, erros e irregularidades cometidas em gestões passadas, tem o presente Projeto de Lei Complementar o objetivo de evitar a penalização das populações municipais que, por culpa ou dolo de administrações municipais anteriores, se veem privadas de benfeitorias públicas muitas vezes essenciais ao seu bem-estar ou segurança.

Ao mesmo tempo, entendemos necessário exercer a punibilidade daqueles responsáveis pela administração pública, mantendo, pois, **o rigor das penalidades** a serem aplicadas aos gestores responsáveis pelas irregularidades observadas, de forma a impedir que se dê qualquer conotação de impunidade à nova regulamentação da matéria, que ora propomos, demonstrando, inequivocamente, que tão só e unicamente se pretende evitar maiores prejuízos aos residentes nos Municípios a serem beneficiados com transferências voluntárias de recursos.

ED08B3D657

ED08B3D657

Para atingir os objetivos acima expostos, propomos, conforme Projeto apresentado, os necessários acréscimos de dispositivos na Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 2000,

Acreditando, assim, que a medida ora proposta é não somente justa como até mesmo **indispensável para que seja dado o correto tratamento às populações municipais**, bem como aos gestores de recursos dos Municípios, atuais e anteriores, contamos com o apoio dos ilustres Colegas Parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado ALEXANDRE TOLEDO

ED08B3D657

ED08B3D657